

O centro histórico de Mogi das Cruzes como instrumento de compreensão da história sócio cultural do município

Eveline Guimarães¹

I. O município e seus processos históricos

Localizada entre as serras do Mar e do Itapety, com a maior área verde da região leste da Grande São Paulo, Mogi das Cruzes, uma das primeiras cidades do país, tem sua história permeada por acontecimentos sócio-econômicos que acompanharam os processos produtivos e econômicos mais significativos do país.

Até os últimos anos dos Quinhentos, era habitada por grupos de índios tupiniquins recuados de Piratininga ou de grupos remanescentes de tamoios, tendo seu nome derivado das expressões “Mboi”, que significa cobra, e “Y”, significando rio, portanto, “rio das cobras”, em referência ao rio Tietê que atravessa a região em seu alto curso, rumo ao interior paulista.

A explicação mais aceita para a origem da expressão “das Cruzes” é a dada por Dom Duarte Leopoldo e Silva, em suas “Notas de História Eclesiástica”, citadas por Jurandyr Ferraz de Campos. Nelas, afirma que os “(...) oficiais da Câmara iam, todos os annos, a Imbiassica e Itupeva ou Itapema tomar posse do terreno, plantando uma cruz, por marco, cada vez que o runo se desviava ou infletia para outra direção. Continuando nesse sisthema de assignalalar as divizas do termo, plantaram os officiaes da Câmara, em 23 de outubro de 1665, nada menos de treze cruces, entre Mogi e São Paulo, sendo de supor que o mesmo tenham feito para os lados da Parahiba, pouco além da Freguezia da Escada”.

A primeira participação representativa dos moradores da vila no processo histórico de colonização e exploração da terra e do homem no país foi durante bandeirismo de preação sobre reduções jesuíticas no sul, fazendo, devido à constante ausência dos bandeirantes mogianos, com que a vila mantivesse um número reduzido de casas e escassa população, prossequindo sua pobreza com a agricultura rudimentar, apenas para sobrevivência, até os benefícios do início da fase de mineração.

O caminho que conduzia de São Paulo às Gerais e ao Rio de Janeiro, passava pela vila, assim como o que procedia de Santos e, na vila, bifurcava-se levando às Gerais ou seguindo a direção de Goiás e Mato Grosso. Esta condição permitia que seus moradores usufríssem comercialmente desta posição privilegiada e suprisse as necessidades dos numerosos viandantes, fornecendo-lhes toda sorte de alimentos.

¹ Estudante de Turismo com ênfase em meio ambiente, UNESP/Rosana

Em meados do século XVIII passava à exportação de aguardente, além do gado já existente, devido ao aumento do movimento das estradas, motivado pelo crescente trânsito de gado que demandava ou às Gerais ou ao Rio de Janeiro e, posteriormente, para Santos. Permanecia, entretanto, muito pobre e pequena, com uma agricultura rudimentar e um pequeno comércio, basicamente abastecedor de viandantes.

No último quartel do século XVIII, no entanto, Mogi passou a ter no algodão sua principal produção, justificado, talvez pelo seu clima e qualidade do solo, o que caracterizou tal século como período de franco desenvolvimento econômico e urbano, inclusive com a conservação de rotas importantes, como a que levava ao mar, e com predomínio, nas técnicas de construção, da taipa de pilão.

Entretanto, a pobreza da região ainda não comportava a influência barroca na arquitetura.

Como se referiu Augusto Emílio Zaluar em sua viagem de 1860/1861, a vila perdeu sua “atmosfera monástica” para adquirir um ar festivo e barulhento de grande feira, nas épocas das festas religiosas, as grandes e únicas atrações capazes de atrair para o centro urbano os camponeses que vinham, muitas vezes de sítios distantes.

Nas primeiras décadas dos Oitocentos, a queda de preços do algodão no mercado internacional e o despontar de uma nova economia brasileira, o café, provocaram estagnação econômica na vila. Apesar de esta nova economia se propagar pelo Vale do Paraíba e chegar à sua região, a vila pouco se beneficiaria com esta produção. O contraste entre a ostentação e riqueza de outras cidades valeparaibanas, representadas pelas antigas sedes dos barões do café, com a situação de pobreza comprovada pela arquitetura da vila, demonstra com que rapidez a produção deixou a área mogiana.

Em 1899, o primeiro trem começa a trafegar, entre a capital e a cidade, mas permaneceu apenas durante alguns meses. Já em 1911, um trem de subúrbio saía de Mogi e regressava a São Paulo no mesmo dia. A partir daí, aumentava-se o número de comboios, atingindo oito, já em 1913.

No século XX, foi destino de imigrantes, principalmente japoneses, e palco do desenvolvimento industrial, acompanhando o ritmo de desenvolvimento nacional de meados do século XX. Atualmente é economicamente abastecida pela agricultura, indústria e serviços.

II. Utilização turística e educacional do centro histórico

O município de Mogi das Cruzes possui, há poucos anos, um roteiro turístico elaborado pela secretaria de cultura e meio ambiente, contemplado por seus monumentos históricos.

Grande parte de seu patrimônio histórico não recebeu, durante anos, o devido cuidado por parte da administração pública, sendo necessárias reformas e restaurações para apresentação aos visitantes.

Os atrativos culturais eleitos como principais para visitação pública e que, de alguma maneira contam a história da cidade, são:

- ✓ o Largo do Carmo, onde a construção primitiva da Ordem Primeira data de 1633 e da Ordem Terceira, do final do mesmo século. As duas igrejas foram reconstruídas na segunda metade do século XVIII. A igreja da Ordem Terceira possui um retábulo em madeira entalhada no estilo Barroco-Rococó, e um forro da nave com notáveis pinturas ilusionistas no estilo das igrejas barrocas mineiras. Ambas foram tombadas pelo IPHAN em 1967;
- ✓ o Museu Histórico “Professora Guiomar Pinheiro Franco”, uma residência assobradada em estilo Colonial, construída em torno de 1720, de taipa de pilão e taipa de mão.
- ✓ o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos- Igreja de São Benedito, construída no final do século XVIII e início do XIX, de taipa de pilão e taipa de mão, possui uma grande imagem esculpida, em madeira, do Senhor Bom Jesus Crucificado, datada de sua construção; é típica igreja colonial brasileira.
- ✓ o Casarão do Carmo, construção do século XIX, em estilo colonial, de taipa de pilão e taipa de mão.
- ✓ a Delegacia de Ensino, construída em 1860, foi sede da Câmara Municipal até 1929, Escola Normal, Ginásio do Estado e Escola Industrial.
- ✓ o 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, construído em 1900, abrigava o fórum em sua parte superior e a Cadeia Pública na inferior.
- ✓ o Theatro Vasques, inaugurado em 1902, serviu de sede à Câmara Municipal no ano de 1936 a 1937, ano em que foi fechado pelo Estado Novo, reabrindo em 1948, novamente como Câmara. Em 1980, o Theatro é reformado e reinaugurado como Theatro Municipal “Paschoal Carlos Magno”, voltando a ser “Theatro Vasques” em 2002, depois de reformado.

- ✓ a Escola Estadual Coronel Almeida, uma das primeiras escolas do município, edificada em 1910, guarda ainda as características originais com farto madeiramento do teto ao piso e escadarias.
- ✓ a Corporação musical Santa Cecília, edifício construído em estilo eclético, em 1933, abriga, desde sua construção, a mesma corporação musical.
- ✓ o Cine Odeon, inaugurado em 1936, com capacidade para 1500 pessoas, foi adquirido pelo município para abrigar um pólo cultural da cidade.
- ✓ a Praça Firmina Santana, antiga estação rodoviária, foi inaugurada em 1941; é um dos poucos exemplares de edifício em estilo Art Deco ainda existentes.
- ✓ a Catedral de Sant’Ana, construída no mesmo local onde havia a antiga igreja, foi inaugurada em 1968.
- ✓ o Museu das Igrejas do Carmo, MIC, situado no complexo das igrejas, foi inaugurado em 02 de fevereiro de 2005, pela Província Carmelita de Santo Elias. Seu acervo fez parte do Museu de Arte Sacra da cidade durante vinte anos, abrigado pela Prefeitura Municipal e é proveniente das igrejas e capelas da Diocese e do Carmo, sendo constituído por imaginaria dos séculos XVIII e XIX, fragmentos arquitetônicos, telas a óleo e o retábulo da Capela de Santo Alberto.

É necessário observar que a atividade turística com fins educativos que se desenvolve na cidade explora a inegável riqueza artística da arquitetura e das esculturas existentes nos acervos para melhor apreensão dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes em sala de aula. No entanto, é sabido que não tem sido realizado um trabalho de educação sobre a história social de tais produções culturais. Não são discutidos o contexto e as condições que tornaram necessária a criação de determinados edifícios, para funções específicas. Como afirma Georges Duby (1976), “para esclarecer a organização dos grupos, a natureza dos laços que os ordenaram, a situação dos indivíduos nesse conjunto de relações, sua posição no seio de uma hierarquia complexa de estratos superpostos e a distribuição entre eles de poderes” é necessário reconstruir os componentes do espaço que os homens ocuparam, organizaram e exploraram, e perceber o sentido dos variados movimentos que marcam a evolução de um povoamento, processo possível através das construções seculares.

O processo de significação permitido pela visualização dos monumentos e esculturas torna-se menos distante e vazio quando comparado à escrita, transmitindo, pela demonstração dos mesmos conceitos, maior número de informações.

Infelizmente, as observações e fatos históricos da região reunidos por importantes historiadores são utilizados pelos estudantes para simples pesquisa bibliográfica exigida como trabalho extraclasse, obedecendo ao atual sistema educacional, geralmente desencadeando, devido ao mecanicismo da atividade, contínuo desinteresse por questões históricas e, conseqüentemente, por questões políticas, visto que, para compreensão das condições político-sociais existentes é de extrema necessidade o conhecimento da trajetória histórica da organização social e esta, ainda segundo Duby (1976), deve basear-se numa análise das estruturas materiais, como o conjunto arquitetônico e de esculturas seculares.

A compreensão da realidade histórica torna-se mais importante à medida que se reflete na organização e condições atuais do município.

A importância da contextualização do patrimônio histórico-artístico na pedagogia e no processo de construção da memória coletiva é também destacada por Halbwachs (1990), quando afirma que “... por história, é preciso entender não uma sucessão cronológica de acontecimentos e datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga de outros”, observando também, a ineficiência em tal contextualização, dos livros e narrativas que, em geral, não apresentam senão um “quadro bem esquemático e incompleto”.

Nesta perspectiva, duas condições tornam-se problemáticas. São elas: o despreparo de profissionais educadores atuantes como guias turísticos, que não proporcionam um processo de reconhecimento da memória coletiva através de construções de importantes épocas da história da cidade; e a inexistência de um estudo da relação entre as manifestações culturais - principalmente as edificações, visto que são produções que podem representar anseios e necessidades populares - e as diferentes condições e interesses sociais ao longo da história da cidade, essenciais para um entendimento crítico da realidade.

Sob tal perspectiva, faz-se necessário um estudo dos processos e dos motivos que condicionaram as produções culturais, compreendendo-as como manifestações de diferentes ideais, de minorias ou da maioria, para o desenvolvimento sócio-cultural do município, desde a iniciante Ordem dos Carmelitas até a estação rodoviária, perpassando a Delegacia de Ensino, a Cadeia Pública, o Theatro, e outros edifícios. É necessário ressaltar que tal estudo não deve ater-se à pesquisa em fontes bibliográficas, ainda que seja necessária para obtenção de informações históricas oficiais sobre as condições sociais dos moradores da cidade e do seu desenvolvimento sócio-cultural. Para o conhecimento do contexto da realização das esculturas ou edifícios, especialmente durante o século XX, é importante que se realize uma investigação através de relatos de moradores mais antigos, que conviveram com a construção de alguns edifícios.

Tais informações são indispensáveis a uma prática turística que objetive uma educação integradora e crítica através de tais veículos, e que possibilite o conhecimento dos diferentes contextos históricos e a que interesses obedeciam as produções artísticas citadas, atendendo e estimulando inclusive, a curiosidade e anseios de estudantes em conhecer materialmente a cultura de seus antepassados.

III. Referências

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. *Santa Anna de Mogy*. Huma villa de Serra aSima. Global Editora/ Universidade de Mogi das Cruzes, 1978.

DUBY, Georges. História social e ideologias da sociedade. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.131-138.

FREIRE, Mello. *Histórias da História de Mogi das Cruzes*. Edição Fac-similar. São Paulo, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 115p. 2002 (Coleção Boigyana, n.2)